



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

### Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 11/02/2022.

No décimo primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de 2022 às 09:00, em ambiente virtual por meio do link disponibilizado via *e-mail* presencialmente na Sala de Situação do 4º andar do Palácio das Araucárias – SEJUF, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED com transmissão ao vivo via *Youtube* da SEJUF e página do *Facebook* do COPED. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Amaro Carvalho (SEJUF), Rafael Osvaldo Machado Moura (Ministério Público do Paraná), Aurélio Munhoz (Associação dos Municípios), Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR), Deputado Tadeu Veneri (ALEP) **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Fernanda Oliveira Queiroz (TJ-PR), **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Juliana Mittelbach (Rede Mulheres Negras - RMN/PR), Cristiane Aparecida Áureo Galdino (Associação do Movimento Cultural Afoxé Ogun Fúnmilaiyo – AMCAOF), Diego Souza da Silva (Associação Núbia Rafaela Nogueira ALGBTI), Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Rute Regina Alves (ACTEP), Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População em Situação de Rua). **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Jorasi Matias Borges (Associação de Apoio a Moradia de Braganey), Delton Aparecido Felipe (ABPN - Maringá), Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR), Julia Maria Moraes (CUT), Aluizio Ferreira Palmar (CDHMP), Léo Ribas (Liga Brasileira de Lésbicas - LBL/PR). **Convidados/Colaboradores:** Bruna Saraiva (OAB), Jane Vasques (SEJUF), Ana Felícia (SEJUF); Carolina Pauleto Ferraz Zancan (Polícia Militar do Paraná), Thais Diniz (ALEP), Roselene Sonda (Assistente Social do CAOPJDH MPPR), Henrique Kramer. **Justificativa de Ausência: 1. Abertura:** O presidente Marcel agradeceu a presença de todos e todas e registrou sua esperança em brevemente as reuniões do COPED voltarem a serem realizadas presencialmente - conforme todos os protocolos sanitários estabelecidos - para maior dinâmica das pautas debatidas. **2. Aprovação da pauta:** O



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

presidente Marcel recordou que a pauta foi enviada por *e-mail* e que novas inclusões de pauta deverão ser encaminhadas também por *e-mail* em até 01 dia antes do início da reunião. Foram solicitadas duas inclusões, a primeira foi o ponto '8. Manifestações do dia 5 de fevereiro no Largo da Ordem' pela conselheira Juliana e o outro ponto solicitado foi '9. Faixa de pedestre comemorativa ao dia da visibilidade trans em Foz do Iguaçu' pela conselheira Bruna Ravena. O conselheiro Clau expôs sua preocupação com a PL de urgência na ALEP sobre a não exigência do passaporte sanitário e é necessário que o COPED discuta sobre essa questão. **3. Aprovação da ata da reunião de dezembro/2021:** As atas e suas possíveis alterações serão aprovadas por *e-mail*. **4. Informes de conselheiros e conselheiras:** Não houveram informes. **5. Informes da Secretaria Executiva:** Ana Felícia informou que a secretaria está sendo reorganizada, pois houveram diversas mudanças, como Chefia do Departamento, substituição de servidores e saídas de servidoras do departamento. Portanto, haverá novamente a substituição da secretária-executiva do COPED, alterando da servidora Ana Felícia para Jane Vasques, esta que possui uma experiência robusta secretaria executiva em diversos conselhos. Porém, apesar de sua saída da secretaria-executiva, Ana Felícia irá futuramente ser a conselheira representante da SEJUF no COPED substituindo a servidora Ana Raggio. A nova secretária-executiva do conselho, Jane Vasques, inicialmente saudou a todos, todas e todes, demonstrando seu prazer em estar participando de mais um conselho representando a secretaria, pedindo um pouco de paciência neste início, pois apesar de ter atuado em diversos conselhos, todos possuem suas particularidades, e por fim, colocando-se à disposição para qualquer dúvida ou auxílio necessário. O conselheiro Anderson solicitou que não mude mais a secretaria-executiva do conselho, pois constantemente há trocas e atrapalha o andamento das atividades. A nova secretária-executiva do conselho, Jane, destacou que concorda com o conselheiro Anderson, mas que as trocas são devidas às mudanças que vêm ocorrendo na secretaria e que a partir de agora, está alinhado para que ela continue por um longo período como secretária-executiva do COPED. Ana Felícia informou que a reunião está sendo transmitida ao vivo nos canais oficiais. **6. Casa de Passagem Indígena Temporária de Curitiba:** O presidente Marcel iniciou o ponto de pauta saudando Jovina e todas as mulheres que estão na casa resistindo, indicando que o COPED é um espaço adequado para atualizar o assunto e entender as demandas que estão



### **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

acometendo a Casa de Passagem Indígena em Curitiba realizando os encaminhamentos necessários. Primeiramente, Jovina relatou que há 35 mães na Casa de Passagem e um total de 119 pessoas, destacando que sua preocupação é referente a não querer ver mais ninguém na rua, com as mães, com a fome nas aldeias e no Brasil, com a comunidade indígena. Porém, até então não houveram respostas às demandas apresentadas diariamente, necessitando que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) acompanhe mais de perto a situação e vá realizar uma visita na Casa de Passagem para cumprir seus deveres. Além disso, Jovina destacou que Curitiba, apesar de ser modelo em diversas áreas, ignora suas próprias raízes indígenas ignorando os verdadeiros donos dessa terra chamada Brasil, desejando que o Estado, o Poder Público e a Sociedade Civil assumam seus deveres. Recentemente, foi realizada uma reunião de 06 horas e absolutamente nada foi decidido, enquanto isso, os indígenas continuam sofrendo aguardando uma resposta para amenizar a fome que o povo infelizmente vem passando. Portanto, no dia 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, Jovina solicitou que seja fornecido apoio do Ministério Público Federal, da SESA, da FUNAI, dos Direitos Humanos e as demais instituições responsáveis, neste dia, as mulheres planejam ocupar a Prefeitura de Curitiba, esta que, já foi ocupada em Dezembro, para visibilizar a miséria que vem se alastrando nas aldeias do Brasil. O presidente Marcel realizou um chamado para que todo o Conselho possa comparecer na casa de passagem - Rua Rockefeller 1177 - para adquirir os produtos que são vendidos e ajudar, passando assim, a fala para os (as) demais que gostariam de debater a pauta. O conselheiro Rafael agradeceu a fala da Jovina, colocando-os a par do que vem acontecendo e alertou sobre a urgência de serem tomadas medidas para garantir os direitos mínimos da população indígena. Ademais, Rafael relatou que desde o ano passado, problemas vêm sendo causados pela não-reabertura da Casa de Passagem e que quando chegou ao Ministério Público, este enviou uma recomendação ao Município que reabrisse a casa - não o fez e não dava respostas - e em determinado momento, argumentou que não era dele as responsabilidades e as atribuições da casa, definindo assim, que a FUNAI ou outras instâncias tomassem algumas iniciativas e que estas façam a gestão da Casa de Passagem. Visto isso, a situação não se resolveu e somente graças à pressão social e a cobrança do Poder Público no



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

fim do ano o MP ajuizou uma ação civil pública cobrando o município e com multa pessoal para os responsáveis em casa de não-reabertura. Portanto, após a ação ser enviada para a justiça, o município apresentou a proposta da casa na Rua Rockefeller, mas sem se comprometer com a gestão da casa. Devido a isso, o MP entendeu que a situação não estava resolvida, pois o pedido foi parcialmente atendido pelo município e irá continuar lutando para que o atendimento seja completamente restabelecido. Por fim, o conselheiro Rafael sugeriu que o COPED envie ofícios cobrando atuações da FUNAI, SESAI e Ministério Público Federal. O conselheiro Anderson destacou que a OAB/PR acompanhou a questão e os trabalhos realizados, solidarizando-se totalmente com a causa indígena, expondo que é um assunto que preocupa a nova presidente da seccional. Em seguida, Bruna (OAB) pontuou que o fato da população indígena ter um teto não significa que eles estão amparados com seus direitos mais elementares neste momento e naquele local, este que é longínquo - dificultando a venda dos artesanatos - do centro da cidade e vem sofrendo com avarias em sua estrutura básica, podendo assim, causar doenças nas crianças e nos demais residentes. A conselheira Bruna Ravena sugeriu que seja criada uma comissão que possa acompanhar e realizar uma visita à Casa de Passagem, montando um dispositivo de campanha para arrecadação de alimentos, além de total apoio nos atos que serão realizados pela comunidade indígena. O conselheiro Aurélio sugeriu que o trabalho caminhe em duas direções, primeiramente sugeriu que seja encaminhados uma parte de recursos diretamente do Fundo Estadual da Pobreza para a Casa de Passagem Indígena, fornecendo assim, comida, roupa, material de higiene e toda estrutura para que eles tenham o mínimo de dignidade. Além disso, o conselheiro Aurélio indicou que o Governo do Estado do Paraná possui canais técnicos para orientar microempreendedores a colher recursos, ou seja, ter condições de subsistência, podendo assim, orientar a população que produz artesanato a escoar a produção e ampliar suas rendas. A conselheira Leo Ribas mencionou que ontem (10) houve uma reunião com o Conselho Municipal dos Direitos Da Mulher - a primeira reunião ordinária do ano -, onde foi encaminhado que seja realizada uma reunião com representantes do Governo do Estado do Paraná, da Prefeitura de Curitiba e das prefeituras onde estão todos os territórios indígenas, COPED, CMDM, CEDM, SESAI, FUNAI, MP, DP e os caciques, para que, possa ser tratado os problemas que a população indígena enfrenta no Estado do Paraná - as



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

casas de passagem, a fome, a saúde, a educação e o alto índice de suicídio. O presidente Marcel sugeriu que seja realizada uma nova rodada de reuniões com a presença do MPE, MPF, DPU, DPE, OAB/PR, FUNAI, SESAI, FAS e o Governo do Estado do Paraná para tratar da problemática apresentada, sendo dever do Estado se responsabilizar pela Casa de Passagem. Outro encaminhamento sugerido por Marcel foi do acionamento da FUNAI para que se possa de fato convocar a reunião de caciques da região do Sul do Estado do Paraná. O conselheiro Anderson sugeriu que seja feita uma vistoria na Casa de Passagem, relatando e documentando todos os problemas enfrentados para serem anexados às discussões que serão realizadas nas reuniões com os órgãos competentes. Os encaminhamentos acima foram aprovados. **7. Inundações do Bairro Parolin em Curitiba:** Andréia de Lima, primeiramente saudou a todos, todas e todes presentes, relatando que na enchente do dia 15 de janeiro muitas pessoas perderam tudo em suas casas, de móveis aos seus animais de estimação, documentos pessoais, além da dignidade que é tirada pelo descaso e o péssimo atendimento da Prefeitura de Curitiba e do CRAS, além de a SANEPAR que, logo após uma enchente tão forte no bairro, realizou normalmente seu racionamento de água, impossibilitando a limpeza das casas. Essas enchentes começaram a atrapalhar a vida da população a partir do momento que deu-se início a canalização do Rio Pinheirinho, este que é um projeto do PAC-1, ainda do Governo Lula, da qual se demorou quase 10 anos para se dar início - apesar de fazer parte dos projetos de revitalização para Copa do Mundo de 2014, no Parolin não aconteceu na data prevista. No dia 31 de Dezembro houve novamente uma forte chuva e alagou as casas às vésperas da Ceia de Ano Novo, um vídeo dessa ocasião foi repassado aos conselheiros (as)... No dia 05 de Janeiro houve outra enchente prejudicando diversas famílias, e no dia 15 de Janeiro, uma enchente muito forte que destruiu tudo e quando os moradores procuraram o CRAS, obtiveram respostas totalmente desrespeitosas, não havendo nenhuma acolhida. Os vídeos das enchentes foram reproduzidos para que todos (as) vejam. Andréia destacou que seu pai é uma pessoa idosa com 90 anos e quando ela ligou para a Defesa Civil e para o Corpo de Bombeiros para virem retirá-lo de dentro de casa durante as enchentes, ninguém compareceu - porém, curiosamente há diversas imagens destes mesmos órgãos comparecendo na mesma data no bairro Água Verde.



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Portanto, Andréia trouxe essa pauta para o COPED para que o conselho solicite à Prefeitura de Curitiba uma macrodrenagem nesse rio, pois desde quando a obra foi interrompida não foi drenado todo o concreto e sujeira que caíram nesses rios. O presidente Marcel sugeriu que o COPED vá até o local e realize um relato para cobrar das autoridades providências referentes às enchentes que constantemente vêm acontecendo. A conselheira Leo solicitou a todos (as) companheiros (as) que estão presentes para que se pense efetivamente em soluções e deem a atenção devida a questão, pois por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em contato com a Secretaria de Obras de Curitiba não houve nenhum retorno sobre uma possível reunião. O conselheiro Rafael solicitou que seja encaminhado um ofício ao Ministério Público salientando todas as questões e violações supracitadas, em especial em relação a atuação da Promotoria de Urbanismo, a eventual discriminação de acesso à água e desproporcional as outras áreas da cidade, realização uma investigação no contrato dessa obra. Os encaminhamentos acima foram postos em votação e aprovados. **8. Manifestações do dia 5 de fevereiro no Largo da Ordem:** O ponto de pauta foi trazido pela conselheira Juliana, esta que, inicialmente, relatou que houve um chamamento nacional de um ato para as capitais e demais municípios pedindo justiça diante dos casos de assassinatos que aconteceram, de Moïse que foi morto por espancamento e de Durval que foi alvejado pelo vizinho militar, dois homens negros que morreram injustamente. O extermínio da população negra infelizmente é uma pauta recorrente do Movimento Negro, que vem aumentando bastante paralelamente ao aumento do contexto do conservadorismo no Brasil, possibilitando ainda mais essas manifestações de ódio - que são injustificáveis. Em Curitiba, o ato também foi chamado pelo Núcleo Periférico em frente à Igreja do Rosário, esta que é um local simbólico para os negros e negras de Curitiba, pois foi construída por seus ancestrais para exercerem sua fé - visto a proibição da entrada destes em outras igrejas que eram destinadas à população branca. Portanto, devido ao seu simbolismo e representatividade, é um local recorrente de manifestações do Movimento Negro em Curitiba. Durante o ato pacífico houve na saída da missa uma provocação por parte das pessoas que estavam na missa aos manifestantes, havendo imagens deste momento em que eles confrontaram os manifestantes a respeito de suas permanências naquele local, até mesmo o Padre da igreja se dirigiu a porta de entrada e deu continuidade à discussão contra os



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

manifestantes. Os manifestantes começaram a dizer que o Padre deveria se juntar ao ato e não estar reclamando, ainda mais por ser a uma Igreja dos Rosários dos Pretos e ter um enorme peso histórico. Durante a discussão, o Movimento Negro fez essa organização para entrar na Igreja para simbolizar que a Igreja é deles e que ninguém pode expulsá-los daquele espaço, de maneira ordeira, pacífica, permanecendo por 8 minutos e saindo sem nenhum dano ao patrimônio, vandalismo, violência ou agressão. Porém, houve uma grande criminalização da entrada na igreja por parte da Direita, personificando na imagem do Vereador Renato Freitas, como se algum crime tivesse sido realizado. Essa perseguição ao vereador tem repercutido muito nas redes sociais com uma narrativa deturpada dos atos, invisibilizando totalmente o real intuito do ato, que é o extermínio de negros e negras e o racismo estrutural do Brasil. Além disso, Juliana destacou que é necessário observar as diferenças entre um ato de ocupação pacífica de um espaço próprio e as diversas destruições de espaços de fé de religiões de matriz africana por atos de intolerância religiosa, estes crimes e depredações não possuem a mesma repercussão, midiaticização e expressão de lideranças políticas. A conselheira Julia complementou que o ato foi pacífico, sem barulhos ou músicas, e que, depois de algumas pessoas saírem da igreja e reclamarem, o Padre foi e fechou as portas. Além disso, houveram diversas falas de diferentes pessoas, porém, somente o vereador Renato Freitas está sendo perseguido, perseguição essa que vêm acontecendo desde que o mesmo ganhou as eleições, perseguições que acontecem com a intenção de cassar seu mandato. Por fim, a conselheira Julia destacou que se faz necessária a publicação de uma Nota em solidariedade ao vereador Renato Freitas. O conselheiro Leonildo destacou que grande parte das igrejas expulsam seus fiéis menos abastados, pois diversas colocam até mesmo seguranças em suas portas para não permitirem que pessoas em situação de rua exerçam sua fé - muitas vezes com aplausos dos fiéis que a frequentam, que acham isso normal. Neste momento, é o vereador Renato que está sendo silenciado e perseguido pelo conservadorismo da cidade e que se as pessoas permitirem esse tipo de atitude, futuramente não poderá mais haver manifestações na cidade, com o conservadorismo e o facismo ganhando essa luta. O conselheiro Rafael sugeriu que a Nota seja encaminhada para a Promotoria que irá investigar o caso, pois esta possui compreensão mais



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

ampla sobre o caso, inclusive ouvindo o posicionamento do COPED. O conselheiro Clau destacou que é católico e faz parte da dimensão social da arquidiocese de Curitiba em conjunto com as pastorais, mas que a Nota vai de encontro com o que acredita, principalmente referente aos linchamentos, concordando assim, que o COPED tem de se posicionar. O conselheiro Rafael solicitou que a Nota seja encaminhada para o Arcebispo Dom José Antônio Peruzzo. O conselheiro Claudio indicou que agora, com os ânimos menos inflamados, o COPED consiga distensionar o cenário por meio da Nota, não podendo esquecer o motivo inicial do protesto: o assassinato da população negra no país. O conselheiro Anderson reiterou que, enquanto OAB, sua posição é de repúdio a qualquer atitude, seja quem for, que afronta às liberdades e que, pelo assunto estar sendo tratado internamente dentro da OAB, se absteve, mas que presta toda sua solidariedade e apoio ao Movimento Negro. A conselheira Waleiska indicou que a Nota também deverá conter apoio a Ana Carolina Dartora que vem sofrendo diversos ataques racistas e perseguição, e que, pelo fato de ser mulher, torna ela um alvo ainda mais “fácil”. Segue a nota em seu formato integral conforme apresentado em plenária: *“NOTA PÚBLICA. Acerca dos acontecimentos no dia 5 de fevereiro de 2022 no Largo da Ordem em Curitiba - PR. O CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO PARANÁ (COPED) cumprindo sua principal atribuição de proteção dos direitos humanos e da cidadania, vem, por meio desta nota, manifestar-se publicamente sobre os fatos ocorridos no último dia 5 de fevereiro de 2022, quando se realizava um ato no Largo da Ordem, na cidade de Curitiba - PR, que manifestava revolta aos assassinatos de dois homens negros no Estado do Rio de Janeiro. O protesto, organizado pela sociedade civil, visou o pedido de justiça em face do brutal assassinato do congolês Moïse Kabagambe e do ainda mais flagrante racismo que foi a morte à tiros, por um vizinho, do brasileiro Durval Teófilo Filho. Não é de hoje que o assassinato da população negra é banalizado. O racismo estrutural, que são o conjunto de atos e práticas históricas, institucionais, interpessoais que subjagam a população negra, normaliza a barbárie e é uma ferida exposta em nossa sociedade paranaense. E, neste contexto, manifestamos profunda preocupação com a repercussão da entrada de manifestantes no interior da Igreja do Rosário dos Pretos, um espaço construído por negros escravizados para professarem sua fé. A rapidez das conclusões de parcela da sociedade em apontar um crime, nos faz crer que se trata*

Publicado no DIOE nº11222 no dia 22/07/2022





### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

*de um típico e absurdo processo social de criminalização da população negra, dos movimentos sociais. Pelas informações veiculadas na última terça-feira pelo Padre Luiz Hass, responsável pela Igreja no horário dos fatos, que após a missa, foi até a porta verificar o protesto. Logo após os manifestantes entraram por uma porta lateral e “não destruíram nada, não sujaram”. Nas imagens fartamente divulgadas nas redes sociais, aparenta não haver qualquer cena de violência física ou verbal, o que deve ser comprovado nas investigações em andamento. No entanto, nos causou espanto o linchamento moral incentivado por autoridades públicas na imputação de crime a apenas uma autoridade presente no ato, o vereador Renato Freitas. Se não havia mais qualquer cerimônia religiosa, se não houve violência, não há crime. Pelas ilações injuriosas, ao que se aponta, nos faz inferir que escolheram mais um corpo negro para criminalizar, em detrimento de outros tantos que também adentraram no interior da Igreja dos Pretos. Este Conselho, ciente de seu papel dentro da estrutura do Estado do Paraná, consciente do papel da Igreja Católica na pacificação de conflitos, da responsabilidade necessária às autoridades públicas, clamamos à toda sociedade paranaense que reconheçam nos fatos de um chamado ao respeito mútuo e em um permanente diálogo a fim de compreensão das contradições sociais. Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. Curitiba, 11 de fevereiro de 2022.”* O conselheiro Delton indicou que há dois movimentos para se pensar, que é, literalmente, mais uma vez, vidas negras que estão ‘indo para o ralo’ e toda vez que se discute essa problemática se cria um subterfúgio para tentar culpabilizar o agredido. Delton destacou que entende o local que o COPED ocupa, de um conselho que envolve organizações governamentais e não governamentais, mas que a Nota possui um teor absurdo em tom de desculpas por um ato que clama por justiça - esta que deve ser fortemente problematizada quando se trata de corpos negros no Brasil - e demonstrando suas indignações. Ainda mais se tratando da Igreja do Rosário, pois esta sempre foi espaço de acolhimento para a população negra e que primeiramente deve-se reforçar a manifestação em prol das vidas negras e em segundo lugar, considerar que a reação do oprimido não é uma violência conforme o opressor a descreve. Além disso, quando se traz para o texto a ideia de que o Padre veio e falou que “ninguém quebrou nada e nem sujou”, reforça a ideia de que o Movimento Negro sempre precisa



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

de autorização para gritar por suas vidas, não sendo esse o caminho de uma nota sobre o caso. Para o conselheiro Delton, a Nota primeiramente deve repudiar a morte dos homens negros e lembrar que no caso do direito à vida a população tem seu direito de manifestação, e que, caso seja considerado que houve um exagero na manifestação, cabe primeiro uma verificação com envolvidos antes de qualquer linchamento público, cabe também as autoridades públicas aguardar essa verificação antes de exercer o linchamento que vem sendo realizado contra o vereador Renato e a vereadora Ana Carolina, sendo assim, mais objetiva e pontual, sem esse tom de pedido de desculpas e de autorização de manifestação por um homem branco. O conselheiro Aurélio destacou a importância de amadurecer mais o debate e aprimorar a redação da Nota incluindo as considerações da conselheira Waleiska e do conselheiro Delton, sugerindo também seja acrescido à Nota uma cobrança que as organizações envolvidas no processo façam um debate mais profundo sobre o tema. Ana Felícia indicou que existe em outros conselhos a possibilidade da aprovação da elaboração de Nota Pública com a ressalva de que o texto final será aprovado por meio do *Whatsapp*, sugerindo assim, para todos (as) essa opção. Foi definido que o conselheiro Delton irá colaborar com o aprimoramento do texto da Nota, esta que quando finalizada - o prazo foi definido para o dia seguinte - será encaminhada para o grupo de *Whatsapp* dos (as) conselheiros (as) para aprovação e publicização. **9. Faixa de pedestre comemorativa ao dia da visibilidade trans em Foz do Iguaçu:** Aluizio relatou que a faixa foi pintada pelo FozTrans em homenagem ao Dia da Visibilidade Trans nas cores do arco-íris e que a grande maioria da cidade gostou da ação, porém, houve uma reclamação por parte do Coronel Lee, que saiu de Curitiba e foi a Foz do Iguaçu para gravar um vídeo e postar em suas redes sociais, provocando assim, o Ministério Público Estadual em que seu promotor sugeriu que a faixa fosse apagada e fosse substituída pela faixa padrão conforme a Legislação de Trânsito. A Prefeitura de Foz de Iguaçu recuou e acatou a recomendação. A conselheira Bruna Ravena destacou que lhe choca muito a decisão tomada pelo município, pois a decisão do MP foi acatada por medo, além do uso da palavra “heterodoxa” - contrário aos padrões, às normas ou às regras preestabelecidas. - e extravagante na recomendação enviada, palavras implicitamente preconceituosas. Ademais, outro fator estranhamente incomum foi a agilidade para a recomendação do MP ser encaminhada, pois quando se cometem crimes de LGBTfobia muitas



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

vezes não há nenhuma resposta do órgão, agora por uma faixa de pedestres para visibilizar e conscientizar sobre a causa das pessoas trans rapidamente se posicionaram contrariamente. Portanto, a conselheira Bruna solicitou que o COPED se posicione a favor desta e demais campanhas de visibilidade trans na cidade de Foz do Iguaçu. Em conclusão, como encaminhamento, a conselheira Bruna solicitou uma resposta sobre os motivos dessa recomendação enviada pelo Promotor. A conselheira Ana Felícia destacou que as faixas devem ser de forma padrão justamente para melhor visualização e compreensão de pessoas com deficiência, com isso, sugere que seja encaminhado um ofício ao Conselho da Pessoa com Deficiência questionando se eles entendem que de alguma forma o fato de estar alterada a coloração da faixa de pedestres pode prejudicar ou não a compreensão e o acesso das pessoas com deficiência. O conselheiro Leonildo indicou que não dá para oficiar a Corregedoria do MP antes do conselho ouvir o Promotor, portanto, o COPED deverá buscar uma reunião para entender as razões e para por fim, se for o caso, oficiar a Corregedoria. Os encaminhamentos foram aprovados pelo pleno. **10. Criação da Comissão Permanente de Proteção à Liberdade**

**Religiosa e Combate a Intolerância - Protocolo nº 18.549.447-0:** O presidente em exercício, Marcel, informou que o ponto se trata de um ofício enviado pelo Secretário Ney Leprevost - presidente do COPED, mas que está licenciado da função - para que o COPED crie uma comissão de proteção à liberdade religiosa e combate à intolerância, comissão esta que foi discutida em um evento dentro do gabinete do secretário contendo diversas autoridades eclesiais, lideranças de religiões de matriz africana e islâmicas, que se posicionaram contrários a manifestações de ódio as diversidades religiosas no Estado do Paraná. Naquele momento, foi deliberado entre os presentes uma minuta de um Projeto de Lei que trata da liberdade religiosa no Estado do Paraná, este que foi encaminhado por *e-mail* para todos os conselheiros e conselheiras do COPED com o convite para contribuírem para sua construção. Porém, há grandes dificuldades para a realização integral dos trabalhos das comissões e neste sentido, para que se possa avançar em uma nova comissão, faz-se necessário apoio técnico das comissões por parte da SEJUF. Visto isso, Marcel sugeriu que o COPED respondesse esse ofício reconhecendo a importância do tema trazido na defesa da liberdade religiosa e das



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

religiões mais vulneráveis, mas que espera apoio técnico da SEJUF para a execução correta das demandas apresentadas. O encaminhamento acima foi aprovado pelo pleno. **11.** **Encerramento:** Por fim, o presidente Marcel agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada pela secretaria executiva Jane Vasques.